

SUMÁRIO

Lista de Abreviações	21
----------------------------	----

1ª PARTE

Capítulo I – Do Acesso à Justiça	25
1 Introdução	25
2 O Acesso à Justiça: A Evolução Conceitual.....	26
3 A Efetividade da Justiça Sob Tríplice Aspecto: Do Poder Judiciário, do Processo Civil Brasileiro e as Ondas Renovatórias	29
4 As Ondas de Acesso e a Evolução do Processo Civil	32
Capítulo II – A Magistratura e o Poder Judiciário	35
1 Introdução	35
2 A Figura do Juiz: Uma Suscinta Análise Histórica	35
2.1 O Juiz na Antiguidade	35
2.2 O Magistrado na Idade Média, na Idade Moderna e na Idade Contemporânea: Diferentes Caracterizações Oriundas dos Fatores Históricos	37
3 Do Poder Judiciário.....	42
3.1 Da História da Independência do Poder Judiciário.....	42
3.1.1 Na Inglaterra	43
3.1.2 Na França	43
3.1.3 Nos Estados Unidos	44
3.1.4 Em Portugal.....	50
3.1.5 Uma breve digressão histórica do Poder Judiciário no Brasil: de função jungida ao arbítrio do Imperador à emersão como Poder Independente na estrutura estatal presidencialista.....	52
3.2 A Independência da Magistratura	67
3.3 Da Independência na Prática: O Autogoverno do Judiciário	71

3.4	Do Perfil da Magistratura no Brasil.....	72
3.4.1	Da juvenilização da magistratura.....	72
3.4.2	Participação da mulher.....	73
3.4.3	Das origens dos juízes.....	74
3.5	O Ato de Julgar e a Necessidade de Reforma: Novas Postura e Mentalidade.....	75
3.6	Da Seleção de Juízes.....	81
3.7	O Poder Judiciário na Constituição de 1988.....	84
3.7.1	A divisão das funções do Estado.....	84
3.7.2	Da organização estrutural do Poder Judiciário brasileiro de acordo com a Constituição Federal.....	85
3.7.3	Das garantias da magistratura.....	89

2ª PARTE

Capítulo I – A Alteração da Constituição e a Emenda Constitucional 45/04....	93
1 O Instrumento de Alteração da Constituição Federal Brasileira.....	93
Capítulo II – Dos Conselhos de Justiça.....	95
1 Da Origem dos Conselhos de Justiça.....	96
2 Os Modelos de Conselho: Modelo Nórdico-Europeu e Latino-Europeu.....	97
3 Os Conselhos de Justiça e a América Latina.....	97
3.1 O Banco Mundial e sua Influência na Criação dos Conselhos da Magistratura na América Latina.....	98
3.2 Países Latino-Americanos que Possuem Conselhos de Justiça.....	100
Capítulo III – Do Conselho Nacional de Justiça.....	101
1 Do Primeiro Conselho de Justiça no Brasil.....	101
2 Da Reforma do Poder Judiciário Via Emenda Constitucional 45/04: Retrospectiva dos Fatos.....	102
3 De um <i>Plus</i> que Justificou a Criação do Conselho Nacional de Justiça: A Leniência do Poder Judiciário com seus Componentes.....	107
Capítulo IV – Do Conselho Nacional de Justiça e a Independência do Poder Judiciário.....	109
1 Da Constitucionalidade do Conselho Nacional de Justiça.....	109
1.1 O Posicionamento do Supremo Tribunal Federal Anteriormente à Emenda Constitucional 45/04.....	109
1.2 Conselho Nacional de Justiça, Sistema de Governo e Posicionamentos Acerca da Constitucionalidade.....	114
2 Da Exigência da Sociedade e da Legitimação Popular.....	117

Capítulo V – Conselho Nacional de Justiça: Estrutura, Composição e Atribuições	121
1 Da Estrutura do Conselho Nacional de Justiça.....	121
2 O Poder Regulamentar e o Poder Normativo Primário: Concepções ...	128
2.1 A Delegação Legislativa.....	128
2.2 Conceito de Poder Regulamentar	131
2.3 O Poder Regulamentar e o Poder Normativo Primário: Distinções ..	134
2.4 Do Poder Normativo Primário do CNJ: A Ação Declaratória de Constitucionalidade 12	143
2.5 Uma Característica Brasileira: Um Judiciário “Unitário” em um Estado Federal	160
Capítulo VI – O Poder Disciplinar do Conselho Nacional de Justiça: Uma Ameaça à Independência do Judiciário?	161
1 Da Doutrina da Irresponsabilidade dos Juízes por suas Decisões e a Atuação do CNJ	161
1.1 Casos Paradigmáticos	162
2 Juízes Irresponsáveis?	165
2.1 Da Responsabilidade Judicial	166
2.1.1 Histórico.....	166
2.1.2 O porquê da responsabilização: responsabilidade e independência	170
2.2 Das Teorias Acerca da Responsabilidade do Estado	172
2.2.1 Correntes acerca da responsabilidade judicial e obstáculos à sua admissão.....	174
2.3 A Tensão Entre Responsabilidade e Independência dos Juízes: A Exigência de Equilíbrio Entre o Valor Democrático de Prestar Contas e o Valor de Garantia da Independência.....	176
2.4 Dos Tipos de Responsabilidade.....	179
2.5 Dos Três Modelos de Responsabilidade Judicial.....	195
2.6 Conclusão	201
3 A Responsabilidade Decorrente dos Atos Judiciais: O Direito Comparado.....	202
4 Do Sistema Brasileiro: A Responsabilidade Civil do Estado Pelos Atos Judiciais no Brasil.....	203
4.1 Os Requisitos para a Caracterização da Responsabilidade Judicial	206
4.2 As Excludentes da Responsabilidade pelo Exercício da Atuação Judicial.....	207
4.3 Elementos Objetivos para a Verificação da Responsabilidade em Decorrência dos Atos Judiciais.....	209

4.4	Elementos Subjetivos para a Verificação da Responsabilidade em Decorrência dos Atos Judiciais	211
4.5	A Legislação Brasileira Atual Sobre o Tema.....	212
4.6	O Ato Judicial Danoso, Segundo a I Comissão de Estudos da União Internacional de Magistrados	222
5	Das Respostas às Indagações.....	223
5.1	Da Postura do Juiz ao Exercer o seu Mister.....	224
5.2	Uma Nova Modalidade de Controle de Constitucionalidade: “O Controle <i>Administrativo</i> ” de Constitucionalidade Exercido pelo CNJ	229
5.3	O Autogoverno e o “Poder Normativo Primário”.....	233
5.4	O Conselho Nacional de Justiça e a Necessidade de “Regramento” do Procedimento Administrativo-Disciplinar	237
6	Da Função Precípua do Conselho Nacional de Justiça: Sugestões....	239
6.1	Secretário Executivo	240
6.2	Princípio da Subsidiariedade	241
6.3	Fixação de um Piso Salarial Nacional (Mínimo) para os Servidores	243
6.4	Realização de Concursos de Juiz por Entidades Especializadas... ..	243
6.5	Implantação do Processo Eletrônico.....	244
6.6	A Democratização na Escolha dos Membros Egressos do Judiciário	245
6.7	Membros do Judiciário Exclusivamente de Carreira	247
6.8	Maior Participação dos Juizes dos Estados.....	247
	Capítulo VII – Da Duração Razoável do Processo	249
1	Os Direitos Humanos	249
1.1	Evolução Histórica.....	251
1.2	Da Terminologia e Conceito.....	256
1.3	“Direitos Humanos” e “Direitos Fundamentais”: Expressões Sinônimas?.....	257
1.4	Os Direitos Humanos e Direitos Fundamentais e sua Relação com o Direito Natural e o Direito Positivo	258
1.5	Das “Dimensões” (ou “Gerações”) de Direitos Humanos	260
1.5.1	Direitos humanos de primeira geração ou dimensão	261
1.5.2	Direitos humanos de segunda geração ou dimensão	262
1.5.3	Direitos humanos de terceira geração ou dimensão	264
1.5.4	Direitos humanos de quarta geração ou dimensão	265
1.6	Os Direitos Fundamentais na Constituição Federal Brasileira.....	265
1.6.1	Da aplicabilidade imediata	266

1.7 A Efetividade dos Direitos Fundamentais e as Teorias da Dimensão subjetiva e Objetiva dos Direitos Humanos: Noções.....	266
1.7.1 A dimensão subjetiva dos direitos fundamentais	266
1.7.2 A dimensão objetiva dos direitos fundamentais.....	268
2 Duração Razoável do Processo	273
2.1 A Morosidade: Um Problema Mundial	274
2.2 Conceito.....	279
2.3 A Duração Razoável e o Acesso à Justiça	281
2.4 A Tramitação do Processo em Prazo Razoável: O Direito Alienígena e Direito Supranacional.....	287
2.5 A Fixação de Prazo para a Avaliação da Duração Razoável	289
2.6 O Princípio da Celeridade como Direito Fundamental do Cidadão: Uma Garantia Expressa na Constituição Federal.....	292
2.6.1 Dos princípios e das regras: semelhanças e diferenças	292
2.6.2 A duração razoável do processo como direito fundamental e princípio	298
2.7 Características da Garantia da Duração Razoável do Processo, Segundo a Corte Europeia dos Direitos do Homem	300
2.8 Critérios para se Aferir a <i>Duração Razoável</i> do Processo.....	301
2.8.1 A complexidade do assunto.....	302
2.8.2 Comportamento dos litigantes e de seus procuradores.....	302
2.8.3 Atuação do órgão jurisdicional	303
2.9 Efetividade (Celeridade) com Segurança	306
2.10 Da Efetivação dos Direitos Fundamentais.....	307
2.10.1 Distinções necessárias.....	311
2.10.2 A eficácia das normas fundamentais	312
2.11 O Acesso à Justiça como Direito Fundamental Social	316
2.12 Da Responsabilidade pela Infringência ao Princípio	318
Referências	321
Índice Alfabético	325